

## PROPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA DELIMITAÇÃO DE RECORTES REGIONAIS COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DE SINERGIAS IMPORTANTES AO DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

THEORETICAL-METHODOLOGICAL PROPOSITION FOR DELIMITING REGIONAL CUTTINGS WITH A VIEW TO BUILDING IMPORTANT SYNERGIES FOR DEVELOPMENT

PROPUESTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA LA DELIMITACIÓN DE RECORTES REGIONALES COM EL FIN DE CONSTRUCCIÓN DE SINERGIAS IMPORTANTES PARA EL DESARROLLO

Alcione Talaska<sup>2</sup> 

Sheila Crisley de Assis<sup>3</sup> 

Submissão: 13/03/2024 / Aceito: 21/11/2024

### RESUMO

Partindo-se dos pressupostos de que não existe receita exclusiva para o desenvolvimento e de que os recortes regionais são produzidos com objetivos pré-definidos, este artigo discute um problema real, evidenciado pela existência de uma multiplicidade de recortes regionais sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, ao passo em que se idealiza gerar e potencializar sinergias para o desenvolvimento regional, através de um processo de reconhecimento, sistematização, análises, monitoramento e difusão de informações sobre características territoriais. Metodologicamente, utilizou-se princípios da pesquisa interpretativa e descritiva, com resgate de produções teóricas e apreensão da materialidade da realidade em seus pormenores, através dos pressupostos da teoria do conhecimento, para analisar, compreender criticamente e elencar aspectos propositivos, de síntese, que podem direcionar processos de regionalização, capazes de potencializar um conhecimento sistemático do território, necessário para a promoção de sinergias para a construção de um projeto mais amplo de desenvolvimento. Considera-se, assim, em conclusão, que a escolha do recorte regional mais apropriado para se pensar o desenvolvimento não pode ser realizada de forma aleatória e que a dimensão territorial nos processos de regionalização e desenvolvimento são condições para a auto-organização regional, no sentido da construção de regiões com coesão e identidade.

<sup>1</sup> Apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFC), Campus Concórdia. E-mail: alcione.talaska@ifc.edu.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFC), Campus Concórdia. E-mail: sheila.assis@ifc.edu.br

**Palavras-chave:** Região. Regionalização. Dimensão Territorial. Desenvolvimento Regional.

### ABSTRACT

Starting from the assumptions that there is no exclusive recipe for development and that regional cuts are produced with pre-defined objectives, this article discusses a real problem, evidenced by the existence of a multiplicity of regional cuts on the same portion of space geographical, while the idea is to generate and enhance synergies for regional development, through a process of recognition, systematization, analysis, monitoring and dissemination of information on territorial characteristics. Methodologically, principles of interpretative and descriptive research are used, with the rescue of theoretical and apprehension of the materiality of reality in its details, through the assumptions of the theory of knowledge, to analyze, critically understand and list propositional, synthesis, that can direct regionalization processes, capable of enhancing knowledge systematic analysis of the territory, necessary to promote synergies for the construction of a project broader development. Therefore, in conclusion, it is considered that the choice of the most appropriate region cut to think about development cannot be carried out randomly and that the territorial dimension in the processes of regionalization and development are conditions for regional self-organization, in the sense of building regions with cohesion and identity.

**Keywords:** Region. Regionalization. Territorial Dimension. Regional development.

### RESUMEN

Partiendo del supuesto de que no existe una receta exclusiva para el desarrollo y que los recortes regionales se producen con objetivos predefinidos, este artículo analiza un problema real, evidenciado por la existencia de una multiplicidad de recortes regionales en una misma porción del espacio geográfico, mientras que la idea es generar y potenciar sinergias para el desarrollo regional, a través de un proceso de reconocimiento, sistematización, análisis, seguimiento y difusión de información sobre las características territoriales. Metodológicamente, se utilizaron principios de investigación interpretativa y descriptiva, con el rescate de fundamentos teóricos y aprehensión de la materialidad de la realidad en sus detalles, a través de los supuestos de la teoría de la conocimiento, analizar, comprender críticamente y enumerar propuestas, síntesis, que puedan orientar procesos de regionalización, capaces de potenciar el conocimiento sistemático del territorio, necesario para promover sinergias para la construcción de un proyecto de desarrollo más amplio. Por tanto, en conclusión, se considera que la elección de La región más apropiada para pensar en el desarrollo no puede realizarse al azar y que la dimensión territorial en los procesos de regionalización y desarrollo son condiciones para auto organización regional, en el sentido de construir regiones con cohesión e identidad.

**Palabras clave:** Región. Regionalización. Dimensión Territorial. Desarrollo regional.

### INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento sempre esteve entre os assuntos mais importantes para a sociedade. Indiscutivelmente, nos dias atuais, se considera que, ao se pensar em desenvolvimento, se insista na “necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território” (Etges, 2005, p. 54). Isso pois, é essencial a compreensão de que não existe

receita exclusiva para o desenvolvimento, haja visto que cada parcela do espaço geográfico contém características que lhes são particulares e que, por conseguinte, condicionam resultados diferentes ao desenvolvimento.

O que existe são elementos que precisam ser buscados e articulados (Boisier, 1996) para que, conjuntamente, possa-se construir o desenvolvimento. Note-se, o desenvolvimento de que se está falando, no contexto das condições atuais da economia capitalista, é um processo que precisa ser construído, ele dificilmente acontece por acaso e, muito menos, é implantado – tal como é concebido, equivocadamente, por parcela da sociedade. Ou seja, o desenvolvimento resulta de uma necessidade real da sociedade, que pressupõe a construção com base na realidade, sendo, portanto, um processo complexo a ser gestado.

Esse artigo, nesse aspecto, se estrutura a partir da identificação de um problema real, de uma dúvida real, que começou a tomar forma na medida em que concebemos a existência de diferentes recortes regionais em uma mesma porção do espaço geográfico, ao mesmo tempo em que pensamos sobre a importância da estruturação de um processo sistemático de reconhecimento, organização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais importantes ao desenvolvimento da região.

A fim de discutir essa problemática, indicando um possível caminho para a delimitação do recorte regional mais apropriado, inicial, capaz de, em momento futuro, animar os atores locais e regionais, através de um processo de circulação e recirculação de informações sobre particularidades territoriais da região, de modo a oportunizar sinergias importantes ao desenvolvimento regional, esse artigo foi construído seguindo princípios da pesquisa interpretativa e descritiva, de modo a buscarmos realizar a compreensão crítica das informações coletadas, em caráter qualitativo. Para tanto, utilizamos técnicas da pesquisa bibliográfica para fornecer subsídios teórico-metodológicos para a interpretação de conceitos basilares ao estudo e pressupostos da teoria do conhecimento, que conforme Talaska (2016), possibilita a verificação e interpretação do problema real, representando-o mentalmente e estabelecendo múltiplas relações entre as partes constituintes da realidade, a fim da apreensão dessa materialidade e a exposição da síntese. Desse modo, o artigo é apresentado, dividido nas seguintes partes estruturantes: i) discussão da problemática; ii) resgate teórico; iii) aspectos importantes para superar o problema e, iv) considerações finais.

## CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA: COMO ESCOLHER UM RECORTE REGIONAL, NEGANDO OUTROS?

O problema enfrentado, ao se pensar um recorte regional mais apropriado para a estruturação de um Observatório Regional, que permita o reconhecimento, sistematização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais, com vistas a criação de sinergias importantes ao desenvolvimento regional, é que os espaços formadores das regiões apresentam semelhanças e diferenças territoriais, em pontos específicos do espaço geográfico, fato que pode contribuir para a legitimação ou deslegitimação de regionalizações, criando, em virtude disso, contestações aos recortes regionais escolhidos.

A Figura 1 exemplifica essa situação, ilustrando algumas das regionalizações existentes no Oeste Catarinense, sobrepondo camadas e evidenciando a multiplicidade de possibilidades de recortes regionais e, portanto, a materialidade do nosso problema real.

### Figura 1. Exemplo ilustrativo da sobreposição de recortes regionais no Oeste Catarinense<sup>4</sup>



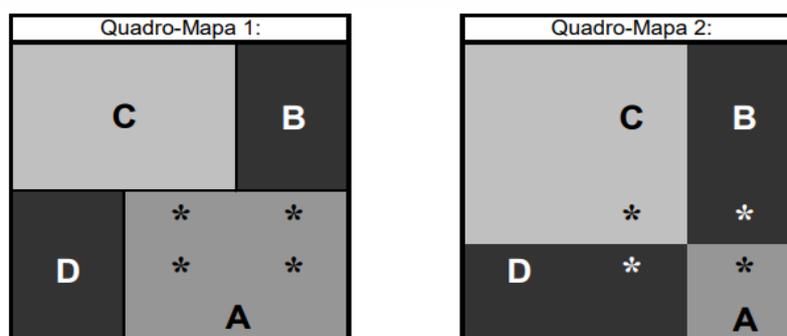
Fonte: Elaborado pelos autores.

As diferenças e semelhanças entre os recortes regionais sobre o mesmo espaço podem ser chamadas de convergências e divergências territoriais entre uma regionalização e outra, e revelam, de fato, que o processo de regionalização pode resultar em recortes regionais diversos sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, tal como ilustrado por Paiva, Alonso e Tartaruga (2010). Esses autores, a partir do exemplo hipotético expresso na Figura 2, ilustram a delimitação de diferentes recortes regionais (A, B, C, D) em relação às características territoriais (\* \* \* \*) e questionam: “Qual é a regionalização correta? Existe algum critério objetivo que nos permita

<sup>4</sup> A figura apresentada é meramente ilustrativa, não corresponde a um produto cartográfico.

privilegiar uma em detrimento da outra? E, em caso negativo, como optar por uma regionalização ou outra?” (Paiva, Alonso, Tartaruga, 2010, p. 130).

**Figura 2. Exemplo de diferentes recortes regionais sobre a mesma parcela do espaço geográfico, segundo critérios distintos.**



Fonte: Paiva, Alonso e Tartaruga (2010, p. 130).

Assim, pensando que existem diferentes possibilidades de escolha dos recortes regionais sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, visto que esses foram criados com critérios e objetivos distintos, parece-nos coerente que não se pode simplesmente tomar os recortes regionais advindos de regionalizações tradicionais e consolidadas como sendo plenamente verdadeiros e absolutos na atualidade. Parece-nos um problema utilizá-los sem os questionar, sem inferir sobre o efeito da sua utilização na conformação de estatísticas, no planejamento e gestão e, especialmente, ao desenvolvimento, este concebido enquanto processo que requer construção.

Havendo diferentes recortes regionais sobre uma mesma parcela do espaço geográfico, cada um deles pode levar a raciocínio distinto. Há de se considerar que parcela daqueles que operam análises regionais tomam os recortes regionais, fruto das regionalizações tradicionais e consolidadas, sem considerar a possibilidade de que a utilização dessas regionalizações pode provocar efeitos indesejados, como distorções sobre os resultados. Ou seja, desconsideram a baixa aderência da regionalização às características e dinâmicas territoriais atuais, intensificando a fragilidade da sua utilização, enquanto instrumento de potencialização da geração de sinergias positivas ao desenvolvimento e, propriamente, ao planejamento territorial regional.

Por mais que a representação mais operacional e mais científica para o reconhecimento, planejamento e gestão pareça ser a divisão simples do espaço geográfico em regiões, a região ideal para determinado fim precisa ser buscada pela “superposição de vários quebra-cabeças, bem diferencialmente recortados”, como defendeu Lacoste (1988, p. 70) e pela identificação das

características comuns dos territórios, das sinergias e da possibilidade da região autoconstruir-se (Boisier, 1996). Isso quer dizer que

o método que permite pensar eficazmente, estrategicamente, a complexidade do espaço terrestre é fundamentado, em grande parte, sobre a observação das *intersecções* dos múltiplos *conjuntos espaciais* que se podem formar e isolar pelo raciocínio e pela observação precisa de suas configurações cartográficas. (Lacoste, 1988, p. 68 – *grifos do autor*).

Esse procedimento de análise, portanto, possibilita a apreensão mais eficaz das características dos fenômenos localizados espacialmente, pois, com a atenção aos limites dos traçados dos diversos recortes regionais, oportuniza-se a interpretação particular de cada um desses contornos cartográficos particulares e, desse modo, também, a interpretação da conformação da realidade territorial das regiões.

Portanto, reconhece-se que existem distintos métodos de delimitação regional e que os resultados desses processos – a definição das regiões – podem ser adequados para determinados objetivos e inadequados para outros. Isso, pois, a região, enquanto aplicação analítica e interpretativa do espaço geográfico, é produto de um processo de regionalização, que independe da escala geográfica associada e que apresenta constantes alterações no tempo-espaço, enquanto reflexo da própria transformação da sociedade. Dessa forma, as regionalizações – e, por conseguinte, as regiões – necessitam ter suas metodologias, objetivos e categorias revisitadas e revisadas constantemente, a fim de atualização e, inclusive e especialmente, de re-regionalização do espaço geográfico, mediante objetivos delineados e características territoriais atuais, sem desconsiderar a realidade diacrônica dessas características.

O que se defende, desse modo, é a realização de uma regionalização que expresse regiões com consistência à realidade territorial e que considere a sua conformação no tempo-espaço. Não se trata de encontrar o recorte já produzido mais conveniente, com estética e recortes mais favoráveis a um ou outro motivo, mas, sim, em construir o próprio recorte regional, embasado em procedimentos teórico-metodológicos selecionados e apropriados aos objetivos que se tem, capazes de oportunizar um conhecimento sistemático do território, inclusive, com chances de potencializar sinergias para a construção de um projeto mais amplo de desenvolvimento regional.

## REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A relação entre uma ciência e seu aporte teórico é constituída por conceitos e categorias que permitem a sua aproximação com a realidade. Dentre esses conceitos e categorias, a região emerge com importância significativa, oportunizando o reconhecimento da Geografia como ciência e

tornando-se um dos seus principais objetos de estudo. Conforme explicado em Talaska (2011), o aparecimento da noção de região teve origem da necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão de domínio sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial, que exigiu a segmentação do espaço.

Tais processos, também explicados por Gomes (1995) e Corrêa (1997), evidenciam a importância do conceito de região para a Geografia, ao mesmo tempo em que revelam debates de que o conceito não é estático. Esses debates, envolvem desde aspectos epistemológicos, até aspectos práticos em processos de regionalização, que assumem relevância em procedimentos que buscam a compreensão da realidade. A regionalização é, assim, um processo que se constitui pela fragmentação e/ou a integração de áreas, tendo o resultado advindo da escolha de métodos, critérios e características levados em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço.

Ou seja, as abordagens conceituais tidas sobre regionalização inferem que seu significado não é unicamente sinônimo de diferenciação de áreas em determinado espaço, a regionalização é também entendida como o processo de formação de regiões (Perreira, 2000), que permite conceber a uma determinada região uma identidade particular, que revela aderência às características territoriais.

### Logo, uma regionalização

pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, uma política de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade que se propõem a atender [porém, há] de se considerar [...] que as regionalizações podem emergir da análise e reflexão conforme destaquem ou não determinados elementos e fatores. (Limonad, 2015, p. 58).

Assim, o processo de regionalização, com o significado de divisão de um espaço social, pode ser desenvolvido verticalmente (trazendo desordem aos subespaços), sendo o poder público o responsável pelo surgimento de diversas e distintas regionalizações, enquanto instrumento de ação. É verdade, porém, que existem regionalizações paralelas às impostas pelo Estado, são regionalizações construídas horizontalmente (fortalecem os lugares a partir de coesão social e interesse coletivo), onde intelectuais e a sociedade organizada são seus idealizadores.

Dessa forma, considerando a existência de diversas abordagens possíveis (regionalização como diferenciação de áreas, como classificação, como instrumento de ação, como processo, entre outras), pode-se afirmar que os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo espaço, atendendo usualmente a concepções e interesses

distintos (Limonad, 2015). Assim, por condição, a compreensão da coerência funcional de determinada região carece da compreensão prévia dos objetivos e finalidades das regionalizações e do seu processo de construção. Isso pois, caso contrário, pode-se não compreender as singularidades das regiões criadas de modo amplo e completo.

### **As regiões e o desafio da construção de um projeto político de desenvolvimento regional**

A discussão da temática do projeto de desenvolvimento regional que, em primeira vista, pode parecer ser um tema simples, na realidade, emaranha uma grande complexidade. Por mais que a Geografia tenha cunhado a própria noção de região, e com isso alcançado status de ciência, e que a Economia seja a ciência que quase sempre é evocada para analisar e direcionar processos de desenvolvimento, quando falamos em desenvolvimento regional, conforme lembra Theis *et al.* (2022), estamos falando do desenvolvimento de uma região. E embora as definições conceituais para “região” e “desenvolvimento” sejam buscadas, principalmente, na Geografia e na Economia, quando agregamos os dois termos, formando “desenvolvimento regional”, devemos mobilizar outros campos do conhecimento, sob uma perspectiva interdisciplinar.

Isso pois,

a dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Da mera aplicação de modelos matemáticos generalizantes avança-se para a compreensão dos arranjos territoriais particulares, que configuram a diversidade presente no território. (Etges, Etges, 2021, p. 1).

Essa dimensão territorial citada pelas autoras se manifesta através das regiões. E o desenvolvimento regional, por oportuno, constitui-se como “processo de transformação social, econômica, cultural e política”, que é central “para entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região” (Theis *et al.*, 2022, p. 259).

Entretanto, embora todo esse contexto, muitas questões, envolvidas pela Economia Política e pela Geografia Crítica, nem sempre são plenamente abordadas, quando se considera a dimensão territorial do desenvolvimento regional. Ao passo de podermos realizar o mesmo questionamento assinalado pela professora e pesquisadora Ester Limonad (Universidade Federal Fluminense e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional) na ocasião de sua palestra no II Seminário do Observatório do Desenvolvimento Regional (ObservaDR), realizado na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em abril de 2013: “*afinal, de que desenvolvimento estamos falando?*”.

Brandão (2009) exemplifica essa situação, lembrando a necessidade de se avaliar as hierarquias, hegemonias e tensões presentes no território regional, pois “o desenvolvimento, enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas

interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade” (Brandão, 2009, p. 154). Nesse sentido, o desenvolvimento regional “estaria relacionado ao que designa de coerência regional, forjada historicamente pelos movimentos dos diversos atores, capital, Estado e as diferentes classes sociais em disputa pelo espaço” (Limonad, 2015, p. 59).

Assim, o desenvolvimento regional pode ser compreendido enquanto expressão histórica de práticas e processos socioespaciais (tempo-espaço), geograficamente localizados e concebido como produto e resultado da construção social e política da própria região. Objetivamente, nesse contexto, o que também pode-se questionar é: como fazer a região desenvolver-se, então?

O economista chileno Sérgio Boisier, principalmente em seus escritos da década de 1990, indica alguns caminhos. Boisier (1994) expressa a ideia de que, para a região se desenvolver, ela precisa autoconstruir-se. Esse processo de autoconstrução se apoiaria no projeto político regional, produtor de coesão e de mobilização, dotando a região de estruturas políticas e administrativas, e no projeto cultural regional, produtor da percepção da identidade coletiva regional, capaz de transformar uma comunidade inanimada em outra organizada/animada, conhecedora da sua realidade, ou seja, capaz de mobilizar a região e seus recursos para construir seu próprio desenvolvimento.

Segundo Boisier (1994), para que a região tenha condições de construir o seu desenvolvimento torna-se necessária a efetivação de um processo de conhecimento da sua própria realidade, que também envolva, em algum momento, processos de descentralização capacitadores para que a região possa tomar suas próprias decisões, aumentando o poder político e maximizando a possibilidade de qualquer pessoa acessar os espaços institucionais e organizacionais. O autor aborda a descentralização, sobretudo, ao analisar o cenário latino americano, que, segundo ele, é caracterizado predominantemente e tradicionalmente por tomada de decisões verticalizadas, ou seja, de cima para baixo (federal>estadual>municipal).

No mesmo grau de importância, Boisier (1994) indica ainda que o papel da formação profissional, da inovação e do avanço tecnológico é importante para o desenvolvimento regional endógeno, gestado com os recursos, diversidades e especificidades do próprio território regional. Com base nesse contexto, o modo para avançar na direção do desenvolvimento regional parece estar relacionada a uma transformação na forma de se fazer governo/gestão nas regiões, que deveria abranger a condução de processos de negociações com os governos “para cima” (estadual, federal), “para os lados” (com outros agentes regionais) e “para baixo” (com os municípios e atores locais). Além disso, também, está relacionada a necessidade de se animar os atores locais e regionais, através

de um processo de recirculação de informações sobre características territoriais da região e de atividades do tipo catalítico e sinérgico, capaz de gerar novas iniciativas (Boisier, 1994). Essa circulação e recirculação de informações é um dos papéis importantes desempenhados pelos Observatórios Regionais, por exemplo.

Assim, é categoricamente essencial a compreensão de que não existe uma única maneira de desenvolver uma região, existem, sim, alguns componentes que se mostraram válidos durante a história. Esses, sem dúvida, estão relacionados com atitudes coletivas e com conduções sociais que favorecem a cooperação, a troca de ideias e o surgimento de sinergia entre os atores do desenvolvimento.

Esses componentes são explicitados por Boisier (1996) quando o autor sistematiza algumas ideias já expostas em seus trabalhos anteriores para, posteriormente, incluir novos conceitos e pontos de vista sobre os fatores causais do desenvolvimento em escala territorial, indicando, por conseguinte, a necessidade da formulação de projetos políticos para a articulação entre tais fatores. Boisier (1996) processa a passagem do chamado triângulo do desenvolvimento regional para o hexágono do desenvolvimento regional, reiterando a importância da densificação das conexões entre seus vértices.

Nesse hexágono do desenvolvimento regional, elementos-chave são destacados e envolvem desde recursos (materiais, humanos, conhecimentos), atores (individuais, corporativos, coletivos...), cultura (solidariedade, cooperação, autorreferência), instituições (inteligentes, virtuais, velozes, flexíveis), entorno (mercado, Estado, relações internacionais) e procedimentos (gestão, administração, informação, modernidade). A não existência de interação desses seis elementos-chave (cultura, recursos, atores, procedimentos, instituições e entorno) na região origina o que Boisier (1996) denominou de caixa-preta do desenvolvimento, cujo conteúdo e funcionamento não são conhecidos e o “desenvolvimento” ou o “não-desenvolvimento” são obras do acaso.

Para além da existência dos seis elementos que formam o hexágono do desenvolvimento, Boisier (1996) destaca que o desenvolvimento de um território organizado depende do modo de articulação existente entre eles. Por isso, a importância é para que a articulação seja densa e inteligente, ao invés de difusa e aleatória. Assim, ao se buscar alavancar o desenvolvimento de um território organizado, deve-se avaliar a estruturação dos elementos e a articulação entre eles.

Para isso, a tarefa básica é a de modernizar seus componentes e gerar um projeto coletivo de desenvolvimento que articule e direcione. Para tanto, se mostra significativamente importante a formação de um quadro qualificado de profissionais de desenvolvimento regional. Esses, podem

atuar na compreensão da organização socioespacial da região, na identificação das características territoriais e, propriamente, no planejamento do seu desenvolvimento.

É nesse contexto que Etges e Degrandi (2013, p. 02) afirmam:

para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual, é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disso, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que uma nova forma de gestão do território possa ser gestada. Mas, acima de tudo, é preciso instalar governos comprometidos, não com a dimensão vertical do processo, expressa no famigerado “leilão do território”, cuja manifestação mais conhecida no país é a chamada “guerra fiscal”, e sim com a dimensão horizontal do processo, com o olhar voltado para dentro do território, identificando e fomentando as reais potencialidades do mesmo.

Um espaço que ganha importância nesse processo de conhecer com profundidade a região e identificar suas potencialidades e gerar coesão social são os Observatórios Regionais. Esses Observatórios possuem, quando estruturados, a finalidade de produzir, sistematizar, analisar e disponibilizar um conjunto de informações, indicadores e sínteses sobre a realidade regional, de modo a qualificar a tomada de decisões dos agentes públicos e privados e da sociedade civil, oportunizando a criação de sinergias positivas ao desenvolvimento da região assistida. Os Observatórios do Desenvolvimento Regional são, assim, “um espaço orgânico de pesquisa e extensão que [promove] a análise e a interpretação da realidade no que se refere às políticas, às dinâmicas e aos processos de desenvolvimento regional no território” (Silveira, Felippi, Campos, 2013, p. 11).

## SETE ASPECTOS PARA DELIMITAÇÃO REGIONAL COM VISTAS À GERAÇÃO DE SINERGIAS IMPORTANTES AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

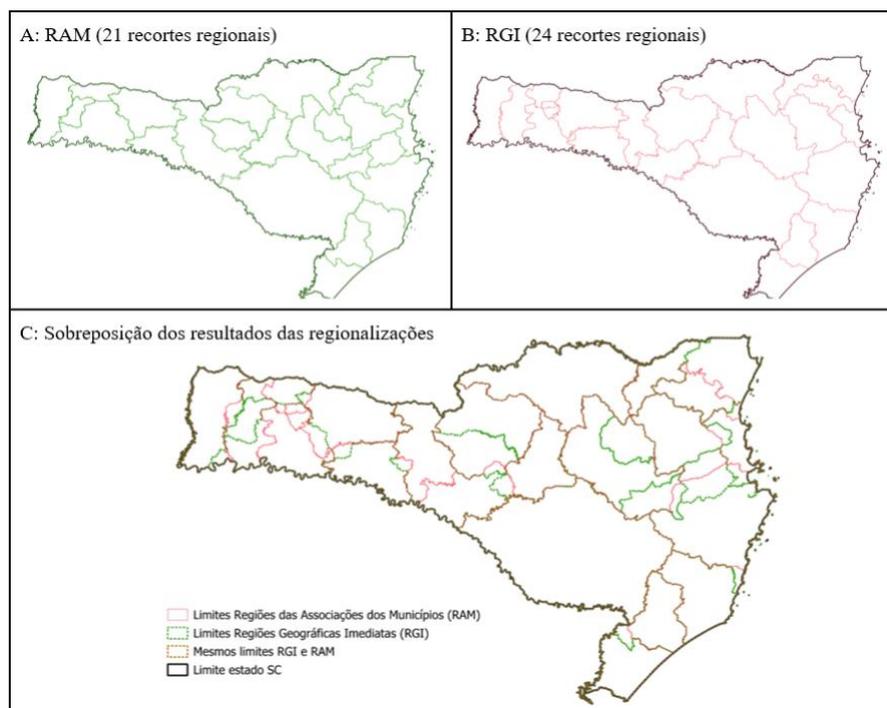
A teoria do conhecimento empregada nessa proposição foi explicada em Talaska (2016) e Talaska e Thielle (2020). Entende-se que o ponto de partida é o fato real, o “concreto”, ou seja, a materialidade da realidade, pois, na medida, no instante em que o concreto é verificado, interpretado e representado mentalmente, ele toma a forma de “concreto pensado”. As representações do concreto, assim formuladas, consistem fundamentalmente em determinações de relações através da análise. Isto significa que para conhecer e explicar a realidade, os fatos, os fenômenos, precisa-se ir além da verificação da aparência desses, precisa-se apreender a realidade por meio de operações mentais e, através dessa, determinar as relações existentes.

O conhecimento, nesse aspecto, consiste, de fato, na progressiva descoberta das relações pela análise da realidade concreta e por sua representação no plano mental (ideias, conceitos). Dessa

forma, para que os fatos reais, a realidade do momento, o concreto dos diferentes recortes regionais e das características territoriais sejam apreendidas pelo plano mental e o conhecimento seja produzido, através da representação do concreto atual e da delimitação de um recorte regional base, que oportunize a promoção do desenvolvimento, apresenta-se na sequência, de forma resumida, sete aspectos propositivos importantes que podem ser considerados em processos de regionalizações, capazes de potencializarem a promoção de sinergias importantes ao desenvolvimento regional.

O primeiro, refere-se à identificação dos diferentes recortes regionais existentes, a compreensão dos seus objetivos de criação, seus usos e suas interseções espaciais. Diferentes recortes regionais do espaço geográfico são produzidos, em acordo com objetivos e metodologias próprias. O resultado das regionalizações – as regiões – também apresentam constantes alterações no tempo-espaço, enquanto reflexo da própria transformação da sociedade. Logo, a inexistência da compreensão dos aspectos territoriais, dos objetivos e usos dessas distintas regionalizações pode provocar imprecisões interpretativas e, inclusive, compreensões equivocadas sobre as características do território regional, em especial daqueles espaços que estão localizados próximos dos contornos dos recortes regionais (interseções dos conjuntos espaciais). A figura 3 ilustra essa situação, ao sobrepor os recortes regionais atuais da Regionalização das Associações dos Municípios (RAM) e das Regiões Geográficas Imediatas (RGI) do IBGE no estado de Santa Catarina, e evidencia convergências e divergências entre os limites dos recortes regionais selecionados.

**Figura 3. Exemplo ilustrativo de sobreposição de recortes regionais visando a interpretação das intersecções de diferentes conjuntos espaciais**



Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, reconhecer os diferentes recortes regionais, compreender a fundamentação dos processos de regionalização, os objetivos da construção e os usos dessas regionalizações tornam-se elementos importantes e prévios a qualquer definição de região para se observar. Isso, pois, se compreendia as diferenças estruturais e de concepções das regionalizações produzidas (se verticais ou horizontais, por exemplo) e seriam possibilitadas inferências sobre tensões e (in)coerências no território regional, manifestadas, sobretudo, nas diferenças de suas configurações cartográficas, como afirmou Lacoste (1988). A identificação dos diferentes recortes regionais, seus objetivos e usos requer pesquisa ampla de reconhecimento em diferentes segmentos da sociedade, uma vez que as regionalizações podem ter sido criadas pelo Estado (governos municipais, estadual ou federal), sendo, portanto: oficiais/legais; por Instituições; e, mesmo, por pesquisadores, com finalidade acadêmica ou didática.

O segundo aspecto refere-se à identificação de padrões espaciais de homogeneidade/heterogeneidade. O processo de identificação de padrões espaciais, a partir da definição de critérios específicos que consideram as estruturas constituintes da sociedade, objetiva definir parcelas do espaço que possuem características semelhantes, diferenciando-as de outras parcelas com características distintas. Essa identificação é possível através da criação de um banco de dados geoestatísticos, formatado com agregação de dados e informações em nível local (municipal), através do qual define-se um conjunto de variáveis que expressam características

estruturantes da realidade regional e que revelam padronização (semelhanças) ou não (diferenças). As características a serem buscadas nessa etapa estão vinculadas à fatores edafoclimáticos, produtivos/econômicos, demográficos, políticos, históricos e culturais. Os padrões de homogeneidade/heterogeneidade podem ser estabelecidos por hierarquização, relativização e correlação de variáveis e ilustrados através da elaboração de mapas temáticos simples, a fim de se obter as primeiras impressões sobre a manifestação da espacialização das características territoriais.

O terceiro aspecto refere-se à compreensão das especializações produtivas e de serviços na economia regional. Concebida com o objetivo de se entender a estrutura econômica regional, a análise das especializações produtivas (agropecuária e industrial) e de serviços permite a identificação das atividades produtivas e econômicas que se destacam, podendo-se avaliar as interações e complementaridades entre essas atividades, inclusive, direcionando a criação de sinergias e redes de cooperação, embasadas nas características do território regional, através de análises de *clusters*. Nesse aspecto, pode-se considerar a análise da produção agropecuária correlacionada à estrutura agrária, a avaliação das interações e complementaridades entre os grandes setores da economia, como também, e principalmente, entre os setores e subsetores desses, como, por exemplo, das informações sociais de trabalho, advindas da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE).

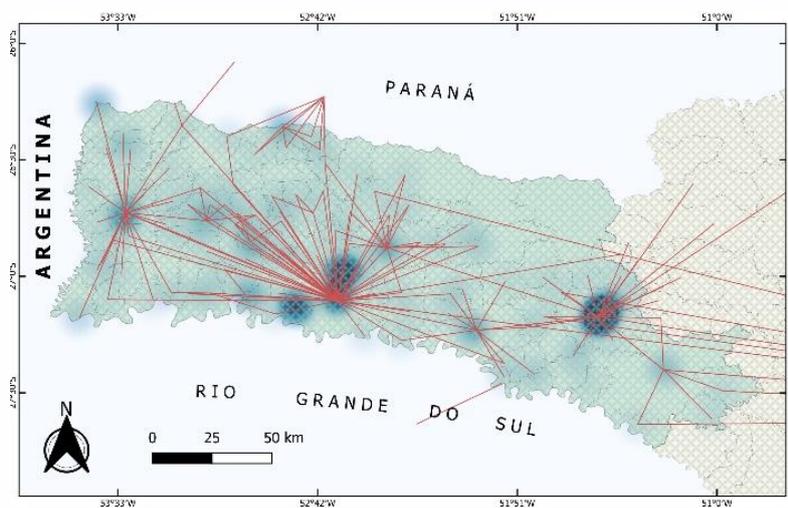
As especializações produtivas podem ser identificadas e compreendidas através do cálculo do Quociente Locacional (QL), que possibilita a quantificação do grau em que duas variáveis quantitativas são distribuídas entre duas regiões quaisquer (uma sub-região e uma região, por exemplo), ou seja, expressando a “importância comparativa de um segmento produtivo para uma região vis-à-vis à macrorregião na qual aquela está inserida” (Paiva, 2006, p. 92). O Quociente Locacional possibilita, assim, a comparação de quantas vezes a mais uma sub-região se dedica a uma atividade em relação ao conjunto de sub-regiões da região mais ampla selecionada.

O quarto aspecto refere-se à compreensão da dinâmica demográfica e das interações espaciais. Isso, pois, o comportamento da dinâmica demográfica, bem como o crescente movimento migratório e o adensamento de fluxos (materiais e imateriais) influenciam e condicionam a conformação do território regional e são fundamentais para se avaliar a possibilidade da geração de um projeto coletivo de desenvolvimento, denso, articulado e cooperativo entre os atores regionais. Nesse aspecto, é importante reconhecer as características da estrutura demográfica da população residente (tamanho, distribuição e estrutura/composição) e sua mudança no tempo (dinâmica). As variáveis comumente utilizadas podem envolver: população absoluta, relativa, urbana e rural,

natalidade, mortalidade, fecundidade, crescimento vegetativo, crescimento geométrico, esperança de vida e índice de envelhecimento, razão de sexo, estrutura etária, localidade de nascimento, população economicamente ativa, entre outras.

Ao mesmo tempo, podem ser incorporadas informações relativas às migrações e deslocamentos e ao estabelecimento de fluxos intermunicipais de toda ordem, que conformam a centralidade das interações espaciais (Figura 4), como por exemplo: fluxos para aeroportos, para cursos de ensino superior, para o atendimento à saúde de média e alta complexidade e para destinos da produção.

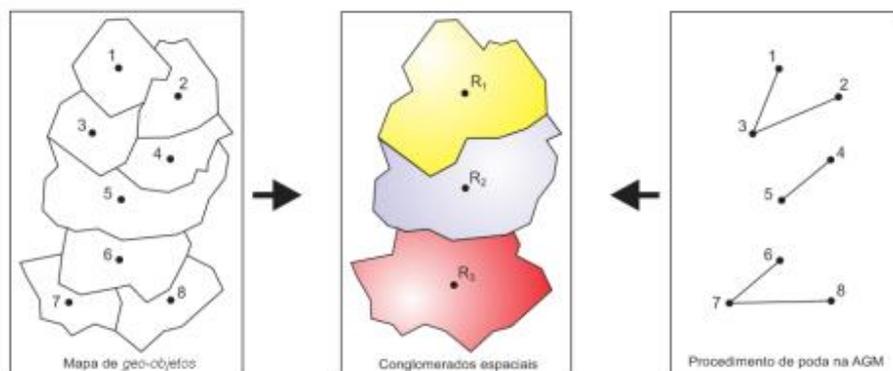
**Figura 4. Exemplo ilustrativo de análise de interações espaciais considerando centralidades e fluxos.**



Fonte: Elaborado pelos autores.

O quinto aspecto refere-se à realização de testes de regionalização por homogeneidade (agregação espacial). Na medida em que o banco de dados geostatístico é criado, pode-se agrupar unidades territoriais (municípios), classificando-as com base em características semelhantes próximas, construindo, o que chamamos de regiões homogêneas (Figura 5). Tal processo de agregação espacial é considerado importante, pois facilita a visualização de características minimamente uniformes no espaço, muitas vezes, não facilmente perceptíveis ao se analisar dados brutos ou estatísticas.

**Figura 5. Exemplo de geração de Mapa de Agregação Espacial**



Fonte: Camargo e Monteiro (2010, p. 16).

Esses testes podem ser realizados mediante seleção e correlação de variáveis (decorrentes de análise qualitativa em razão da realidade estudada), aplicadas à análise de agregação espacial, por exemplo, com a utilização do *Spatial K'luster Analysis by Tree Edge Removal* (SKATER), tal como trabalhado em Paiva, Talaska e Sehn (2010) e em Talaska (2011). Essa ferramenta oportuniza uma análise espacial exploratória de classificação e criação de padrões homogêneos/heterogêneos, que pode subsidiar a definição de recortes regionais com determinada finalidade. Importante ressaltar, entretanto, a necessidade da verificação da aderência territorial dos resultados obtidos com esses testes.

O sexto aspecto refere-se à verificação da aderência territorial dos recortes regionais produzidos via testes de agregação espacial. Como vimos, podem ser criadas inúmeras regionalizações na mesma parcela do espaço geográfico, em razão dos objetivos e procedimentos delineados. Pensando em se estabelecer um recorte regional mais apropriado para a criação de sinergias importantes ao desenvolvimento regional, é relevante considerar a aderência territorial que cada recorte regional assume/expressa. Isso pois, a aderência territorial da região revela o grau de identificação e pertencimento da sociedade à determinado recorte regional e às características territoriais que lhes são próprias.

Pensar nessa aderência territorial é pensar no processo constitutivo das regiões em sentido horizontal, em que a coesão social e o interesse coletivo são *significativizados* (dotados de significados importantes ao desenvolvimento regional). Ou seja, nesse processo, pode-se comparar os padrões espaciais identificados com as características territoriais dos municípios, com o resultado dos testes de regionalização por homogeneidade, atentando para os limites dos traçados dos recortes regionais tradicionais e convencionais e para as interseções dos conjuntos espaciais, nos quais devem prevalecer as proposições de regionalizações com perspectivas autoconstruídas, que revelam projetos coletivos de articulação e direcionamento de demandas, potencialidades e superação de

carências.

O sétimo aspecto, por fim, refere-se à definição, por síntese, da delimitação da região a ser observada e sua articulação em múltiplas escalas. Através dos aspectos e etapas supracitadas, pode-se justificar a delimitação da região inicial a ser observada, para fins de reconhecimento, sistematização, análises, monitoramento e difusão de características territoriais, com vistas à criação de sinergias importantes ao desenvolvimento regional. Enquanto resultado, pode-se gerar um produto cartográfico síntese, de ordem quali-quantitativo, justificado com as particularidades territoriais e coerência funcional entre os municípios integrantes à região delimitada.

Qualitativamente, nessa definição, é importante a avaliação crítica da articulação do recorte regional delimitado (suas características particulares e coerência funcional) com as múltiplas escalas espaciais (multiescalaridade), sejam elas de ordem local, global ou mesmo regional (outros recortes regionais). Isso pois, compreende-se que o recorte regional delimitado se materializa também, enquanto expressão relacional em múltiplas escalas. Essas se articulam entre si, constituindo a realidade, condicionando-se e determinando-se mutuamente, enquanto função recíproca uma das outras, ao mesmo tempo em que integram a totalidade, ou seja, transcendendo as individualidades regionais (Talaska, 2016).

De forma sistematizada, os sete aspectos importantes para delimitação do recorte regional englobariam os seguintes procedimentos metodológicos: i) a contemplação do fenômeno: aprofundamento teórico-metodológico, o conhecimento da área de estudo e da multiplicidade de seus recortes regionais e a criação de banco de dados geoestatísticos, com a finalidade de se identificar as características territoriais (particularidades); ii) a análise do fenômeno: dimensão abstrata da realidade territorial, ou seja, das características e padrões territoriais não facilmente observáveis, que envolve procedimentos de análise estatística e de sistematização e correlação das características territoriais e padrões espaciais de agrupamento, através de espacialização simples em mapas temáticos e de testes de regionalização (agregação espacial); e, iii) a realidade concreta do fenômeno: análises críticas, confrontando as características territoriais, identificadas e sistematizadas, os padrões de homogeneidade/heterogeneidade espacial, os resultados dos testes de regionalização e das convergências e divergências territoriais oriundas dos diferentes recortes regionais existentes, sem desconsiderar a noção de multiescalaridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo desenvolvimento está na ordem do dia, especialmente, devido à relativa escassez de informações sistematizadas que caracterizem e monitorem realidades regionais e que subsidiem reflexões sobre potencialidades, entraves ao desenvolvimento dos territórios e, propriamente, a construção e monitoramento de políticas públicas em temas que representam grandes desafios e problemas sociais e regionais brasileiros.

A grande problemática colocada, nesse contexto, refere-se, à escolha da delimitação regional inicial mais apropriada para a estruturação de um processo sistemático de reconhecimento, organização, análises, monitoramento e difusão constante de características territoriais, na medida em que existe uma multiplicidade de recortes regionais construídos sobre a mesma parcela do espaço geográfico.

Considera-se, nesse contexto, que a escolha da região para se observar não pode ser realizada de forma aleatória ou ao acaso, sem questionamentos sobre os resultados das regionalizações, frente aos objetivos e metodologias da sua construção. Da mesma forma, considera-se a necessidade de se conhecer e reconhecer as divergências e convergências territoriais entre as regionalizações já existentes (as interseções dos múltiplos conjuntos espaciais), mas também há de se ir além, compreendendo a realidade do território, através da interpretação da estrutura agrária, das estruturas e especializações produtivas (agropecuária, industrial e de serviços) e dos padrões de homogeneidade/heterogeneidade, da dinâmica demográfica e das interações espaciais.

Ainda, considera-se, que é possível a delimitação do próprio recorte regional base, com as devidas justificativas, pois, a utilização de determinado recorte regional tradicional, ante outro recorte, pode interferir sobre o efeito da sua utilização nos resultados da produção e sistematização de informações e, ainda, no próprio desenvolvimento: se estaria lidando com a chamada caixa-preta do desenvolvimento, cujo conteúdo e funcionamento são desconhecidos. Assim, acredita-se que as possibilidades de potencialização da capacidade de auto-organização da comunidade regional se realizam com a circulação e recirculação de informações sobre características territoriais e suas transformações no tempo-espaço, formatando-se como condição para construção de regiões com coesão e identidade, que geraria sinergias importantes ao desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília, n. 13, p. 111-145, jun., 1996.
- BOISIER, S. La construcción social del regionalismo latinoamericano (Escenas, discursos y actores). **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n. 2, jul., 1994.
- BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M.; MILANI, C. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2009, p. 150-185.
- CAMARGO, E.; MONTEIRO, A. **Regionalização por Skater**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, 2010.
- CORRÊA, R. L. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196
- ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3. set./dez. 2005, p.47-55.
- ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 085-094, mar. 2013.
- ETGES, V. E.; ETGES, L. R. A dimensão multiescalar do Desenvolvimento Regional. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 10, 2021, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: PPGDR/Unisc, 2021, p. 01-12.
- GOMES, P. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; Corrêa, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.
- LACOSTE, Y. **A Geografia: Isso Serve, Em Primeiro Lugar, para fazer a guerra**. 3º ed. Campinas/SP: Papirus, 1988.
- LIMONAD, E. Brasil Século XXI, Regionalizar para que? Para quem?. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) **Brasil Século XXI - Por uma nova regionalização? agentes, processos, escalas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2ed., 2015. p. 54-66.
- PAIVA, C. A. N. Desenvolvimento Regional, Especialização e suas Medidas. **Indicadores Econômicos**. FEE, v. 34, p. 89-102, 2006.



PAIVA, C. Á. N.; ALONSO, J. A.; TARTARUGA, I. P. Em busca de uma divisão regional mais compatível com as múltiplas necessidades da pesquisa e do planejamento. In: CONCEIÇÃO, O. (et al). (Org.). **Três Décadas de Economia Gaúcha**. 1ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2010, v. 1, p. 127-161.

PAIVA, C. A. N.; TALASKA, A.; SEHN, C. Exercícios de Regionalização do Rio Grande do Sul por Homogeneidade: Grupamentos por Skater baseados em Variáveis Seleccionadas dos Censos Agropecuário de 2006. In: PAIVA, C. A. N. **Relatório Integral da Pesquisa Identificação e Regionalização das Estruturas Produtivas e Padrões Dinâmicos dos Municípios e Territórios do RS na Transição para o Século XXI**, Porto Alegre: FEE/CNPq, 2010.

PERREIRA, P. A. S. **Rios, Redes e Regiões**: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

SILVEIRA, M. L.. A Região e invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A.A. (org.). **Território Brasileiro**: Usos e Abusos. Campinas: edições Territorial, 2003. p. 408-416.

SILVEIRA, R. L. L.; FELIPPI, Â. C. T; CAMPOS, H. Á. O observatório do Desenvolvimento Regional: a construção de uma rede de pesquisa e extensão sobre a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro. In: SILVEIRA, R. L. L. **Observando o desenvolvimento regional brasileiro**: processo, políticas e planejamento. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 11-31.

TALASKA, A. Ainda Existem Latifúndios no Brasil? Uma análise do espaço agrário brasileiro. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

TALASKA, A. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS. **Caminhos de Geografia**, v.12, n.37, p. 201-215, mar. 2011.

TALASKA, A.; THIELLE, P. P. (Org.). **Percursos teórico-metodológicos da construção de teses na área do desenvolvimento regional**: da escolha das temáticas aos resultados e conclusões. Blumenau: Editora do IFC, 2020.

THEIS, I. M. (et al). Desenvolvimento Regional: construção de um campo de saber? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.18, n.1, 2022 p. 258-271, jan/abr. 2022.